

Supremo Tribunal Federal

COORD. DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA

D.J. 10.12.2004

EMENTÁRIO Nº 2176-1

1º/09/2004

TRIBUNAL PLENO

AG.REG.NA AÇÃO PENAL 336-4 TOCANTINS**RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO**

AGRAVANTE(S) : JADER FONTENELLE BARBALHO

ADVOGADO(A/S) : JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN E OUTRO(A/S)

AGRAVANTE(S) : SEBASTIÃO JOSÉ SOARES

ADVOGADO(A/S) : ALTAMIRO DE ARAÚJO LIMA FILHO

AGRAVADO(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA: CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. PENAL. CRIME DE QUADRILHA. FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO. SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS. CPP, art. 80. NÚMERO EXCESSIVO DE ACUSADOS. PREJUÍZO DA DEFESA: INEXISTÊNCIA.

I. - O fato de um dos co-réus ser Deputado Federal não impede o desmembramento do feito com base no art. 80 do Código de Processo Penal.

II. - A possibilidade de separação dos processos quando conveniente à instrução penal é aplicável também em relação ao crime de quadrilha ou bando (art. 288 do Código Penal).

III. - Agravos não providos.

A C Ó R D ã O

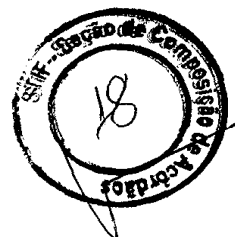
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por maioria, negar provimento aos agravos, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio, que lhes dava provimento. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Nelson Jobim, Presidente.

Brasília, 1º de setembro de 2004.

ELLEN GRACIE - PRESIDENTE



CARLOS VELLOSO - RELATOR



Supremo Tribunal Federal

1º/09/2004

TRIBUNAL PLENO

AG.REG.NA AÇÃO PENAL 336-4 TOCANTINS

RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO
AGRAVANTE(S) : JADER FONTENELLE BARBALHO
ADVOGADO(A/S) : JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN E OUTRO(A/S)
AGRAVANTE(S) : SEBASTIÃO JOSÉ SOARES
ADVOGADO(A/S) : ALTAMIRO DE ARAÚJO LIMA FILHO
AGRAVADO(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

R E L A T Ó R I O

O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO**: - Trata-se de **agravos regimentais**, interpostos por **JADER FONTENELLE BARBALHO** e por **SEBASTIÃO JOSÉ SOARES**, da decisão (fls. 16.180-16.189) que, atendendo a requerimento do Ministério Público Federal, determinou o desmembramento do feito para que conste como réu somente o Deputado Federal JADER BARBALHO, de modo a tornar viável a instrução da ação penal, que poderia ser impossibilitada pelo excessivo número de réus e a grande quantidade de incidentes processuais que envolvem cada um deles.

No agravo regimental interposto, às fls. 16.197-16.202, por **JADER FONTENELLE BARBALHO**, sustenta-se, em síntese, o seguinte:

a) **impossibilidade de desdobramento** do feito, tendo em conta que o réu é acusado da prática de quadrilha ou bando, "nos



AP 336-Agr / TO

Supremo Tribunal Federal

quais o fundamental é a demonstração de associação de caráter estável entre os seus supostos membros" (fl. 16.199);

b) **exigência de reprimenda uniforme** para os todos os réus, que, respondendo pelo mesmo crime, não podem ser julgados de forma diversa, em separado;

c) **prejuízo do réu**, que já apresentou defesa prévia estruturada de forma a considerar possíveis provas que seriam requeridas pelos demais réus;

d) **ofensa ao princípio da ampla defesa**, tendo em vista a redução significativa no número de testemunhas de que a defesa como um todo contará para esclarecer a "multiplicidade de aspectos envolvidos na acusação" (16.201).

Requer, ao final, a reconsideração ou a reforma da decisão.

No agravo regimental interposto, às fls. 16.204-16.206, por **SEBASTIÃO JOSÉ SOARES**, sustenta-se, em síntese, o seguinte:



AP 336-Agr / TO

Supremo Tribunal Federal

a) **prevalência da competência desta Corte para o julgamento da causa**, em virtude da existência de um membro da Câmara do Deputados figurando como réu da ação penal;

b) **ofensa ao princípio da economia processual**;

c) **possibilidade**, no caso de se manter a separação dos processos, **de existirem decisões conflitantes**, para os diversos acusados.

Ao final, requer o provimento do agravo para a "manutenção da unicidade da presente Ação Penal" (fl. 16.206).

O Ministério Público Federal, oficiando às fls. 16.215-16.220, parecer do eminente Procurador-Geral da República, Prof. Cláudio Fonteles, opina pelo improvimento do agravo.

É o relatório.



Supremo Tribunal Federal

1º/09/2004

TRIBUNAL PLENO

AG.REG.NA AÇÃO PENAL 336-4 TOCANTINSV O T O

O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO** (Relator): Os agravos regimentais em apreço podem ser apreciados conjuntamente. É o que passo a fazer.

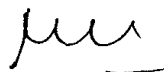
Destaco da decisão agravada:

"(...)

O eminente Procurador-Geral da República, Prof. Cláudio Fonteles, oficiando nos autos, assim se manifestou:

'(...)

Trata-se ação penal proposta pelo Ministério Público Federal no Estado de Tocantins, em 13.02.2002, perante o MM. Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária daquele Estado, contra JADER BARBALHO (época em que não esteve investido em mandato eletivo) e outros, como incursos nas sanções dos arts. 288 e 171, § 3º c/c 71 e 61, g, I e 29 do Código Penal c/c art. 1º, V e VII da Lei n.º 9.613/98 e arts. 299 c/c 304 e 312 § 1º c/c 29 do Código Penal, por terem constituído e integrado organização criminosa para fins de levar a termo a preparação, a elaboração e a execução de crimes contra a administração do Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM), gerido pela extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia



AP 336-AgR / TO

Supremo Tribunal Federal

(SUDAM), quando da aprovação de projetos e liberação de recursos para empresas incentivadas na Amazônia Legal (denúncia - fls. 08/94 vol. 1). A peça acusatória foi recebida em 20.02.2002 (fls. 504/534 - vol. 2).

2. Tendo em vista a posterior diplomação do denunciado JADER FONTENELLE BARBALHO no cargo de Deputado Federal, o MM. Juiz Federal da 2ª Vara da Seção Judiciária de Tocantins (fls. 15.707) remeteu a esse Supremo Tribunal Federal os autos deste processo (AP 2002.43.00.437-5), com os anexos que o acompanham (Anexos I a VIII), bem como os seguintes processos distribuídos por prevenção a referida ação penal: 2002.43.00.475-9 (seqüestro), 2002.43.00.749-0 (embargos de terceiro no seqüestro), 2003.43.00.232-7 (produção antecipada de provas), 2003.43.00.438-9 (pedido de prisão preventiva).

3. O então Procurador-Geral da República GERALDO BRINDEIRO, aprovando parecer do Subprocurador-Geral da República WAGNER NATAL BATISTA, requereu o prosseguimento do feito como ação penal e requereu diligências complementares (fls. 15.720/15.723).

4. Requeri vista dos autos (fls. 16.166), para que pudesse analisar os mandados de segurança impetrados pelos réus alusivos a decisões de seqüestro de bens que estão sendo remetidos a essa Corte (**ex vi** MS 24865 e 24866).

5. Compulsando-se os autos, verifica-se que já foram citados e interrogados todos os réus, com exceção de JOSÉ CARLOS DA SILVA, que fora somente citado, mas não interrogado (fls. 16.148/16.149).

6. Ressalte-se que estão respondendo à presente ação, nada menos, que 60 (sessenta) réus. Na data de hoje, o processo criminal já conta com 61 (sessenta e um) volumes e mais de 150 (cento e cinquenta) apensos.

AP 336-AgR / TO

Supremo Tribunal Federal

7. Com freqüência tenho sustentado que a existência de um único réu com prerrogativa de foro perante esse Excelso Tribunal não deve ser obstáculo à possibilidade de desmembramento do processo criminal.

8. Na presente ação penal, a competência **ratione personae** desse Supremo Tribunal Federal somente se dá em razão de ser réu o ora Deputado Federal JADER BARBALHO.

9. Nesse passo, não se vislumbra conveniente atrair todo o feito à apreciação dessa Colenda Suprema Corte Federal. Não se afigura viável a instrução de ação penal que conta com outros 59 réus.

10. Evidencia-se, portanto, a inviabilidade de processamento e julgamento de todas essas pessoas por essa Excelsa Corte. Esta insuperável dificuldade autoriza exceção ao princípio do **simultaneus processus**. A respeito, assim dispõe a Lei Penal Adjetiva:

'Art. 80 - Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação.'
(sem ênfase no original).

11. Deveras, o grande número de réus consubstancia, sem dúvida, motivo hábil a recomendar o desmembramento do feito. Trata-se de medida em prol da administração da justiça.



AP 336-AgR / TO

Supremo Tribunal Federal

12. Revela-se, portanto, de todo aconselhável o desmembramento do feito, a fim de que essa Excelsa Corte, em conformidade com a norma inserta na alínea 'b' do inciso I do art. 102 da Constituição da República, processe e julgue tão só ação penal em desfavor do Deputado Federal JADER BARBALHO.

13. Tal providência, aliás, não destoa do entendimento esposado por esse Colendo Supremo Tribunal Federal, que reconhece, como se observa do aresto abaixo colacionado, o caráter facultativo da reunião de processos na hipótese de conexão:

'EMENTA: **HABEAS CORPUS.**
COLHEITA DE PROVAS: DELEGAÇÃO.
PREJUÍZO INDEMONSTRADO. CONEXÃO
PROBATÓRIA. REUNIÃO DE
PROCESSOS. ARTIGOS 80 E 82 DO CPP.

I - Não demonstrado eventual prejuízo que a delegação da colheita de provas tenha causado à parte, não há que se falar em nulidade. O STF tem admitido a delegação do interrogatório a juiz do local onde se encontra a pessoa a ser interrogada.

II - A advocatória prevista no artigo 82 do CPP é norma que deve ser interpretada juntamente com o artigo 80 do Código, que faculta a separação dos processos quando pelo excessivo número de acusados ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação. Ausência de ilegalidade.

Pedido indeferido.' (HC n.º 73.423-RJ. Segunda Turma. Rel. Min. FRANCISCO REZEK. Julgado em 10-



AP 336-Agr / TO

Supremo Tribunal Federal

12-1996 e veiculado no Ementário de Jurisprudência 1.971/98 - sem ênfase no original)

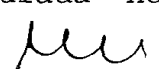
14. Em precedente mais recente, essa Excelsa Corte, ao julgar a Questão de Ordem na PET n.º 2020-MG, determinou o desmembramento do feito, de modo que o Deputado Federal, com prerrogativa de foro, fosse processado perante o STF, e os outros acusados, fossem julgados nos respectivos Juízos competentes. A decisão restou assim ementada:

'EMENTA: - Conflito de competência.

2. Acusação de participação de cerca 2.000 integrantes da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais em fatos ocorridos entre os dias 13 a 24 de junho de 1997, em Belo Horizonte, de possível caráter delituoso.

3. Hipótese de aplicação do art. 80 do Código de Processo Penal, justificando-se o desmembramento dos processos em face do excessivo número de acusados.

4. Competência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais para o processo e julgamento dos policiais investidos em mandato de Deputado Estadual, devendo os demais ser remetidos à Primeira Instância da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.' (PETQO 2020/MG. Tribunal Pleno. Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA. Julgada em 08.08.2001 e veiculada no DJU de 31.08.2001, p. 37).



AP 336-AgR / TO

Supremo Tribunal Federal

15. Ainda, mais recente, decisão monocrática proferida por Vossa Excelência (PET 3100-TO, DJ 13.04.2004).

16. Observe-se, por derradeiro, que o disposto no art. 80 do CPP não delimita em que fase (extra-processual ou processual) deva ser feita a separação dos processos, nem mesmo em que fase da ação penal.

17. Alinhe-se aos motivos antes elencados o fato de surgirem, agora, diversos mandados de segurança e outras petições incidentais, em relação aos co-réus sem prerrogativa de foro, questionando a validade do seqüestro de bens decretado pelo juízo então competente.

18. Ante o exposto, requer o Ministério Público Federal o desmembramento do feito, extraindo-se as seguintes cópias para formação de autos de ação penal em que conste como réu somente o Deputado Federal JADER BARBALHO:

a) fls. 08/94, fls. 537/539, fls. 99/155, fls. 176/178, fls. 182/187, fls. 189/201, fls. 226/230, fls. 233/249 (vol. 1);

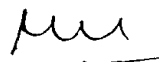
b) fls. 265/279, fls. 390/398, fls. 409/437, fls. 504/534 (vol. 2);

c) fls. 547/553, fls. 555/556, fls. 558/561, fls. 570/599, fls. 697/698 (vol. 3);

d) fls. 800/801 (vol. 4);

e) fls. 11767, fls. 11886/11894, fls. 11901/11914, fls. 11927/11934, fls. 11941/11948, fls. 11954/11957 (vol. 44);

f) fls. 11958/11962, fls. 11969/11976, fls. 11983/11992, fls. 12012/12023, fls. 12028/12043, fls.



AP 336-AgR / TO

Supremo Tribunal Federal

12052/12080, fls. 12085/12119, fls. 12173/12202
(vol. 45);

g) fls. 12283/12287, fls.
12372/12457 (vol. 46);

h) fls. 12458/12617, fls.
12626/12630, fls. 12673/12679, fls.
12691/12702, fls. 12740/12744 (vol. 47);

i) fls. 12923/12924 (vol. 48);

j) fls. 13496/13500 (vol. 50);

k) fls. 13501/13521 (vol. 51);

l) fls. 15128/15158 (vol. 57);

m) fls. 15629/15630, fls.
15674/15675, fls. 15700/15703, fls. 15707, fls.
15714/15735 (vol. 59);

n) fls. 15918/15919, fls.
15942/15945 (vol. 60);

o) fls. 15994/15997, fls. 16003,
fls. 16008/16019, fls. 16035/16037, fls.
16043/16046, fls. 16157/16162, fls. 16166 (vol.
61).

19. Requer, igualmente, a extração
de cópias dos seguintes apensos:

p) Apensos 16/25, 26/33, 41/50,
52/54, 55/56, 58, 62/66, 67/68, 69, 110 (fls.
1970/2001), 114, 139 (fls. 3260, fls.
3509/3519), 147 e 148.

20. Após, pede-se a remessa dos
presentes autos ao Tribunal Regional Federal da



AP 336-AgR / TO

Supremo Tribunal Federal

1ª Região, em razão do réu JOSÉ ARTUR GUEDES TOURINHO exercer o mandato de Deputado Estadual pelo Pará (fls. 15.699), esclarecendo que aquela Corte poderá adotar, se reputar conveniente, igual medida de separação dos processos.

21. Por fim, esclarece o **parquet** que a próxima fase processual - após o interrogatório do réu JOSÉ CARLOS DA SILVA - será a oitiva de testemunhas da acusação (comum a todos os réus). Em razão de economia processual, pleiteia-se, desde já, que se determine ao magistrado a quem couber a instrução destes atos encaminhar as respectivas cópias a esse Supremo Tribunal Federal, para serem anexadas à ação penal que ora se pede a formação.

Pede deferimento.

(...).' (Fls. 16.173-16.178)

Autos conclusos em 17.05.2004.

Decido.

1. Atenda-se ao requerido pelo Ministério Público Federal à fl. 16.177, itens 18 e 19: extração de cópia reprográfica deste processo para formação de novos autos, que deverão ser autuados como Ação Penal, em que conste como réu somente o Deputado Federal JADER BARBALHO.

2. Junte-se cópia desta decisão à ação penal a ser formada e venham-me os autos dessa conclusos.

(...)" (Fls. 16.180-16.189)

A decisão é de ser mantida, porque apoiada na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.



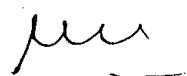
AP 336-AgR / TO

Supremo Tribunal Federal

A alegação de que a separação facultativa dos processos (art. 80 do Código de Processo Penal) não poderia ser deferida, por contrariar a competência **ratione personae** do Supremo Tribunal em julgar um dos co-réus, não tem procedência. Esta Corte já autorizou, em outras oportunidades, o desmembramento de ações penais envolvendo co-réu detentor de foro especial por prerrogativa de função. Nesse sentido: PET 2.020-QO/MG, Relator Ministro Néri da Silveira, "DJ" de 31.8.2001; INQ 559-QO/MG, Relator Ministro Octavio Gallotti, "DJ" de 19.02.93; e INQ 675-QO/PB, Relator Ministro Néri da Silveira, "DJ" de 25.3.1994.

No que tange à alegação de que o desmembramento da ação poderá acarretar a existência de decisões conflitantes e o delito de quadrilha exigiria a unidade do processo, também não assiste razão aos agravantes. É que a regra do **simultaneus processus** (art. 77 do Código de Processo Penal), que determina a reunião dos processos quando duas ou mais pessoas são acusadas pela mesma infração, não é absoluta. O próprio Código de Processo Penal prevê hipóteses em que tal regra é excepcionada, como no caso em que o excessivo número de acusados torne conveniente a separação.

Assim o decidido no HC 62.153/SP, Relator o Ministro Rafael Mayer, que porta a seguinte ementa:



AP 336-AgR / TO

Supremo Tribunal Federal

"E M E N T A: - Habeas Corpus. Crime de quadrilha. Separação do processo. Falso ideológico (enquadramento). Falso e estelionato (concurso material). Reexame de prova.

1 - A separação facultativa do processo (art. 80 do CPP) em benefício do paciente, que responde no processo principal, juntamente com onze co-autores pelo crime de quadrilha, não impossibilita, desde logo, seja ele condenado, sozinho, por subsunção no tipo do art. 288 do CP.

2 - Exige indagação profunda das provas, inoportável no habeas corpus, expungir a existência do crime de falso ideológico, por errônea definição jurídica de fato supostamente configurante de falso material.

3 - Fatos complexos que não autorizam deduzir a existência de uma só ação, configurativa do concurso formal do estelionato e do falso ou da absorção deste por aquele.

Habeas Corpus indeferido." ("DJ" de 15.3.85)

Finalmente, quanto à alegação de prejuízo causado pelo desdobramento do feito após a apresentação de defesa prévia, deve-se ressaltar que, como suscitado pelo Ministério Público Federal (fl. 16.186), o art. 80 do Código de Processo Penal não delimita as fases processuais em que é possível a separação facultativa dos processos, não cabendo, assim, falar em prejuízo da defesa, que terá todas as oportunidades previstas em lei para exercer o contraditório e a ampla defesa.

De todo o exposto, nego provimento aos agravos.



01/09/2004

TRIBUNAL PLENO

AG.REG.NA AÇÃO PENAL 336-4 TOCANTINS

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Senhora Presidenta, pergunto ao ilustre relator: a Procuradoria apontou como razão o grande número de acusados?


O SENHOR MINISTRO CARLOS VELLOSO (RELATOR) - Temos, aqui, mais de sessenta acusados. Já estamos no volume número oitenta, ao que me parece.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Penso que esse argumento não é capaz de levar, por si só - não é de relevância aceitável -, ao desmembramento, porque, toda vez que tivéssemos, na primeira instância, um processo com um número excessivo de acusados, seria dado caminhar para o desmembramento.

O artigo 80 do Código de Processo Penal revela:

"Art. 80 - Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes," - creio não ser o caso, porque, senão, teria sido evocada essa premissa - "ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória," - há o conectivo "e"; exige, em si, as duas coisas - "ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação."

Causa-me certa perplexidade o fato de se tratar do envolvimento do crime de quadrilha e não se haver evocado qualquer motivo enquadrável na autorização normativa.



AP 336-AgR / TOCANTINS

Vejo com bons olhos o desmembramento, mas desde que realmente agasalhado pela ordem jurídica. Costumo dizer que não somos um Tribunal afeito a julgar originariamente na área penal.

O SENHOR MINISTRO CARLOS VELLOSO (RELATOR) - Senhor Ministro Marco Aurélio, mais me impressiona nisso tudo é a possibilidade de impunidade. Essa ação precisaria de o Supremo Tribunal se dedicar somente a ela.

Encontrei o precedente desta Corte e o mencionei, considerando que poderíamos proceder desta forma.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Qual seria a motivação? Apenas o grande número de réus?

Ficará aqui o processo quanto a um réu que tem prerrogativa; todos os demais estarão envolvidos no processo, que será julgado, de qualquer forma, por juízo único.

O SENHOR MINISTRO CARLOS VELLOSO (RELATOR) - Não tenho dúvida de que querem que fique aqui.

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - São os incidentes processuais que eternizam a prestação jurisdicional.

O SENHOR MINISTRO CARLOS VELLOSO (RELATOR) - Exatamente; há dezenas de incidentes.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Mas eternizam no Supremo, na primeira e na segunda instâncias e na outra instância intermediária.

O SENHOR MINISTRO CARLOS VELLOSO (RELATOR) - Sim, Ministro, mas a vocação do Supremo Tribunal Federal não é para ação originária.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Isso é verdade.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Não exatamente.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Resolveram compensar a perda de imunidades parlamentares com essa competência originária do Supremo Tribunal.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - E, particularmente, prefiro julgar *habeas corpus* a julgar ação penal.

A SRA. MINISTRA ELLEN GRACIE (PRESIDENTA) - Vossa Excelência diverge, então, Ministro Marco Aurélio?

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Apenas para guardar esse princípio que está assentado na necessidade de enquadrarmos o caso no artigo 80 do Código de Processo Penal. Afasto a sobrecarga vivenciada pelos integrantes da Corte nesta quadra, por ser argumento metajurídico.

Peço vênua ao relator para prover os agravos.

PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****AG.REG.NA AÇÃO PENAL 336-4**

PROCED.: TOCANTINS

RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO

AGTE.(S): JADER FONTENELLE BARBALHO

ADV.(A/S): JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN E OUTRO(A/S)

AGTE.(S): SEBASTIÃO JOSÉ SOARES

ADV.(A/S): ALTAMIRO DE ARAÚJO LIMA FILHO

AGDO.(A/S): MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Decisão: O Tribunal, por maioria, negou provimento aos agravos, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio, que lhes dava provimento. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Nelson Jobim, Presidente. Presidiu o julgamento a Senhora Ministra Ellen Gracie, Vice-Presidente. Plenário, 01.09.2004.

Presidência do Senhor Ministro Nelson Jobim.
Presentes à sessão os Senhores Ministros Sepúlveda Pertence, Celso de Mello, Carlos Velloso, Marco Aurélio, Ellen Gracie, Gilmar Mendes, Cezar Peluso, Carlos Britto, Joaquim Barbosa e Eros Grau.

Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Lemos
Fonteles.

Luiz Tomimatsu
Secretário